

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O iPhone mais cobiçado

A gincana do fim de semana entre os ministros do STF é o conteúdo bruto do material extraído do celular do ex-banqueiro Daniel Vercaro. O ministro Mendonça respondeu a todos que o material ainda está lacrado. E o ministro Cristiano Zanin respondeu que isso não significa que não deva ter o sigilo levantado.

Ainda é cedo para impeachment

Na avaliação de juristas, nenhum pedido de impeachment de ministros do Supremo relacionado ao Caso Master tem embasamento legal suficiente para abertura de processo no Senado. Apesar das evidências e citações nas investigações em curso, nenhuma das excelências foi condenada e, por isso, os requerimentos se baseiam apenas em motivações políticas. Para comprovar a culpa de um ministro, independentemente de quem seja, é necessário que o Plenário da Suprema Corte investigue, julgue e condene o magistrado. Só a partir desse ponto, segundo advogados constitucionais, como Ilmar Muniz, é que haveria base legal para um pedido de impeachment de ministro do STF no Senado.

Veja bem

A Suprema Corte também pode decidir pela perda de mandato caso a culpa seja comprovada em julgamento, mas especialistas avaliam que seria um processo demorado devido à complexidade. Muitos apostam que, devido aos embargos, a perda de cargo não seria efetivada em menos de seis meses. E, nesse caso, o impeachment no Senado seria mais rápido por não caber recurso.

Ofensiva contra as apostas

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa a produzir materiais para o horário eleitoral, no rádio e na televisão, sobre o efeito nocivo das bets na vida dos brasileiros. As inserções devem conter depoimentos de pessoas que se endividaram ou estão em dificuldades por conta das apostas. Acabar com as casas on-line é uma das bandeiras defendidas por Lula e aliados.

O adiamento do "apocalipse"

Marcada sessão para terça-feira, a expectativa geral dos próprios ministros do Supremo Tribunal Federal é de que o desfecho fique para mais à frente no calendário eleitoral. É que não está descartado um pedido de vista, no sentido de se ganhar tempo para refletir mais a respeito do futuro do ministro Alexandre de Moraes no STF.

Até lá é longo prazo/

A tendência de pedido de vista, porém, ainda depende das próximas 60 horas até a sessão plenária do STF. É grande a pressão de parte dos ministros para que a análise das ações do ministro André Mendonça seja incluída na mesma sessão. Se isso ocorrer, há quem defenda que os trabalhos se estendam até a madrugada e se resolvam logo essas questões para que a Corte tente se reerguer antes das eleições. Porém, a avaliação dos próprios ministros é de que a crise não termina tão cedo.



CURTIDAS

Lula Marques/Agência Brasil



Só acusa.../ Seguindo à risca a estratégia de que a melhor defesa é o ataque, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (**foto**) usou as redes sociais para atacar o procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet. "Como podem ainda dar voz a um cara diretamente envolvido no escândalo para vir querer me acusar de algo. O Brasil não é para amadores", questionou. O post exibiu reportagens sobre Vercaro ter bancado uma viagem de Gonet com o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e outra ao filho do procurador.

... e não explica nada/ Eduardo Bolsonaro é apresentado no inquérito sobre o financiamento do filme *Dark Horse* como a pessoa que orientou a forma como recursos enviados por Vercaro poderiam ser administrados nos Estados Unidos. Em seus posts, o filho 03 não deu qualquer explicação sobre a movimentação dos recursos ou sobre o fundo Havengate.

Sinais/ A direita está com tudo em Goiás. Tanto é que as campanhas entraram na linha de quem é mais conservador que o outro. A campanha do senador Wilder Moraes (PL-GO) para o governo goiano, por exemplo, tem usado o horário eleitoral de rádio e teve para dizer que os demais candidatos não são de "direita". A referência foi feita aos concorrentes Daniel Vilela (MDB) e Marconi Perillo (PSDB), que segundo o bolsonarista não são "direita de verdade".

Operação Compliance Zero

Uma crise de legitimidade

Ao *CB.Poder*, a professora e mestra em direito constitucional Mariana Madero avalia que o STF está envolto num confronto por poder

» BEATRIZ VASCONCELOS*

A professora e mestra em direito constitucional Mariana Madero classificou o atual cenário do Supremo Tribunal Federal (STF) como uma crise de legitimidade e pontuou que, apesar de terem existido outros conflitos na Corte, a atual envolve poder e grupos de influência. A análise foi na edição de ontem do *CB.Poder*, uma parceria entre o **Correio Braziliense** e a TV Brasília, em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibele Negromonte. Mariana lembra que "não é a primeira vez que o Supremo se depara com situações desafiadoras na sua história e que precisou enfrentar com muita altivez". Mas uma diferença entre a crise atual e as anteriores é que, a de agora, pode impactar o resultado nas eleições gerais, que ocorrerão em menos de um mês. Isso porque as informações que estão sendo divulgadas influenciam o cenário político. "O que a gente precisa confiar é que o sistema eleitoral é legítimo, é íntegro e ele vai refletir a vontade da população", afirmou. A professora reforçou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo precisam estar atentos à maneira de como os candidatos nas próximas eleições utilizam as informações que emergem do STF, para evitar que elas se tornem instrumentos de desinformação ou de abuso de poder.

Modelo de indicação

Segundo a professora, a crise no Supremo abriu entre os juristas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Mariana salienta que, quando um ministro assume uma cadeira no STF, deve se distanciar de grupos políticos

um debate sobre o modelo de indicação dos ministros. "A gente vê de uma maneira muito clara essa vinculação política entre quem nomeou o ministro e sua origem. Em tese, quando o ministro é empossado, ele precisa se desvincular politicamente de sua origem", disse, reforçando que assumir uma cadeira no STF requer equidistância em relação a grupos políticos. "Ao sentar-se numa cadeira como aquela, ele (o ministro) precisa ter um compromisso de integridade imenso, que aquilo seja espelho para todo o Judiciário", observou. Ela considera, ainda, que para

ajudar no apaziguamento no STF "um código de ética viria bem e talvez trouxesse para nós, e aqui eu falo como cidadã, essa sensação de olhar que as coisas estão no rumo certo de uma retomada de prumo no Supremo". E que um passo na normalização seja dado na sessão do dia 15, que reunirá o Plenário da Corte. "A gente espera que, na terça-feira, essas explicações surjam de uma maneira muito transparente para que se possa restaurar a integridade, a legitimidade de imagem do tribunal", frisou. A professora observa, ainda, que

outros Poderes têm o dever de manter equidistância da crise. Mariana lembra que a Constituição prevê a independência e a fiscalização mútua entre os órgãos, tanto que lembrou a conformação da Praça dos Três Poderes em que Congresso, Supremo e Palácio do Planalto estão nos vértices de um triângulo equilátero, em que cada ponto tem a mesma distância do outros. "Cada um sem interferir no funcionamento do outro, e sim, um fiscalizando o outro", disse.

***Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

» Depoimento pode ser adiado

A Polícia Federal marcou para a próxima terça-feira o depoimento de Daniel Vercaro sobre irregularidades envolvendo o Banco Master e fraudes em operações com o Banco de Brasília (BRB). Porém, como no mesmo dia ocorrerá uma tensa sessão no Supremo Tribunal Federal — na qual está na berlinda, entre outros temas, a atuação da PF e o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues — essa nova oitiva deve ser transferida. Primeiramente, porque a própria cúpula da corporação quer acompanhar a reunião do Plenário do STF e, em segundo lugar, porque os advogados do ex-banqueiro não teriam acesso integral aos documentos necessários. A oitiva do banqueiro já tinha sido marcada para o final de agosto, mas foi adiada a pedido da defesa.

Líder apresenta PEC para Corte

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo um código de ética para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e alterando as regras para escolha de magistrados para a Corte. O parlamentar começou a coletar assinaturas para a matéria no Senado em meio à crise no STF provocada pelo Caso Master. A PEC impõe um Código de Ética e Conduta da Magistratura Nacional obrigatório para todos os juízes, inclusive os ministros do Supremo. Os ministros não poderão receber custeio de viagens ou hospedagem e nem atuar em processos que envolvam "interesses próprios ou de seu cônjuge, companheiro ou parente", de acordo com o texto. Além disso, ficará proibido qualquer vínculo "com escritório de advocacia com atuação perante o respectivo juízo ou tribunal"

e a participação no julgamento de processos patrocinados por escritórios de "cônjuge, companheiro ou parente seu em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau". A proposta tem relação direta com o ministro Alexandre de Moraes, que editou um contrato do escritório da mulher, Viviane Barci de Moraes, no valor de R\$ 130 milhões. Ministros do STF passarão a ser fiscalizados pelo Conselho Nacional de Justiça, assim como demais juízes. Da mesma forma, o procurador-geral da República terá atuação submetida ao Conselho Nacional do Ministério Público. Hoje, não há essa submissão. A PEC muda alguns critérios para escolha de ministros do STF. Os magistrados não poderão ter exercido cargo público de confiança nem mantido filiação partidária nos seis meses anteriores à indicação, o que impediria presidentes da República de indicarem ministros de seus governos e filiados a partidos políticos.